

## CONSTRUÇÕES CONFORMATIVAS ORACIONAIS: UMA ANÁLISE CENTRADA NO USO

Myllena Paiva P. de Oliveira  
Mestrado/UFF

Orientador: Prof. Dr. Ivo da Costa do Rosário

### Introdução

As pesquisas sobre integração de orações têm permeado as agendas acadêmicas dos estudos em linguagem. Isso muito se justifica pela máxima simplificação com que se tem, ao longo de uma tradição, tratado do assunto nas gramáticas prescritivas, em que se caracteriza esse fenômeno basicamente como (dois) processos – subordinação e coordenação – que se distinguem por estabelecer ou relação de independência ou dependência, noções que podem estar relacionadas tanto a critérios sintáticos quanto a semânticos.

Os estudos da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) têm evidenciado que esse binômio não dá conta de descrever o processo de integração de orações em virtude de o conceito de independência ser discutível, de ser difusa a separação entre subordinação e coordenação (ABREU, 1997), de as gramáticas usarem orações extraídas de textos literários ou utilizarem exemplos inventados, não retirados do uso (CARVALHO, 2004), entre outros pontos controversos.

O nosso foco aqui são as orações conformativas, que tradicionalmente estão inseridas no grupo das chamadas orações subordinadas adverbiais.

Sobre as construções conformativas há pouca informação nas gramáticas tradicionais, e em algumas delas sequer são mencionadas. Em alguns casos, a descrição da noção conformativa fica restrita às conjunções conformativas, não sendo desenvolvido nas seções dedicadas às orações. Em algumas gramáticas consultadas (BECHARA, 2009, ALMEIDA, 1964), percebemos que as definições, além de circulares, se restringem a

---

aspectos semânticos, muito em virtude da semântica da conjunção utilizada neste tipo de oração.

Em viés funcionalista do fenômeno linguístico, Neves (2011) também insere no grupo das orações adverbiais as orações conformativas. A autora, que procura proceder a uma descrição sintática, pragmática e semântica, afirma que a construção conformativa "expressa por um período composto é constituída pelo conjunto de uma oração nuclear (...) e uma conformativa" (NEVES, 2011, p. 925), pode estar anteposta ou posposta à oração nuclear e ocorre com o verbo tanto no indicativo quanto no subjuntivo – com exceção das introduzidas por *como*, que só recebem verbo no indicativo. No que se refere às relações de sentido, assevera que esse tipo de oração exprime "um fato que se dá em conformidade com o que é expresso na oração principal" (p. 925). A autora ainda destaca o fato de poder haver dois atos de fala envolvidos na período: quando um determinado falante apresenta uma proposição que foi configurada em conformidade com outro emissor.

Nos pareceu importante revisitar brevemente o conceito de orações adverbiais veiculado em algumas gramáticas. Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante (1998, p. 382) afirmam que o

adjunto adverbial é uma função adverbial da oração, ou seja, é a função exercida por advérbios e locuções adverbiais. Portanto, **são chamadas de subordinas adverbiais as orações que, num período composto por subordinação, atuam como adjuntos adverbiais do verbo da oração principal** (grifos nossos).

Aginaldo Martino e Pedro Lenza (2013, p. 192), profissionais que produzem material voltado estudo de língua portuguesa para concurso, entendem a estrutura adverbial como

aquela que indica uma circunstância para a oração principal. Ela desempenha as funções próprias de um advérbio, ou seja, de um adjunto adverbial. **Sempre iniciada por conjunção subordinativa adverbial, é essa conjunção que indicará a circunstância que a oração toda expressa; e, de acordo com essa circunstância, reclassificaremos a oração subordinada adverbial.** (grifos nossos)

Em ambas as definições podemos detectar problemas básicos. Na definição de Cipro Neto e Infante (1998), a oração adverbial funciona como um adjunto adverbial do verbo da oração principal, conforme está explícito. Os autores não preveem que em algumas construções (que temos classificado até agora como) adverbiais podem para além de modificar o conteúdo semântico-pragmático delimitado na oração matriz alcançar porções

---

textuais maiores ou atingir estruturas não oracionais, como no caso que encontramos no *corpus*:

[1] A mudança radical entre a fase de ascendência do sistema do capital, na qual a luta por melhorias dentro do capitalismo pôde sustentar alguns ganhos defensivos para a classe trabalhadora e a ilusão de um avanço progressivo até sua emancipação da exploração do capital, **como** pregava o reformismo socialdemocrata, e a atual fase de crise estrutural provocou enormes alterações na luta de classes. [*Poli*, n. 38, 2015, p. 17]

Nesse exemplo (1), a construção conformativa não atinge uma oração, um verbo exatamente, mas um sintagma nominal ("e a ilusão de um avanço progressivo até sua emancipação da exploração do capital").

A acepção defendida por Martino e Lenza (2013) também se apresenta frágil na medida em que atribui apenas à conjunção a responsabilidade de imprimir valor semântico circunstancial na oração, desconsiderando, assim, os demais elementos do contexto comunicativo. Como temos conjunções subordinativas polissêmicas, muitas vezes, é observando outros elementos do contexto comunicativo que identificaremos a noção circunstancial expressa na oração subordinada.

[2] **Como** o relatório também informa que a rede federal foi responsável por 14,66% da oferta de bolsa-formação, o cruzamento dos dados permite concluir que, diferente do que se anunciava no início do Pronatec, os IFs têm ampliado sua participação também nos cursos FIC, que não faziam parte da sua 'tradição'.

O exemplo (2) ilustra o que afirmamos anteriormente: a inserção de uma estrutura oracional introduzida pela conjunção integrante "que" não permite uma leitura conformativa, mas sim causal da conjunção *como*. Assim, não basta darmos atenção apenas, em nossa análise, aos conectores, mas é preciso observar os outros elementos ao redor da construção conformativa, à maneira como postulam as vertentes mais modernas da Linguística Funcional.

Chama-nos a atenção a forma como Bechara (2009, p. 471) trata das orações transpositoras que exercem funções adverbiais: o autor não considera as conformativas como "adverbiais propriamente ditas" (que seriam apenas as de lugar, tempo e modo). Na perspectiva do autor, as conformativas não seriam orações adverbiais prototípicas (CAMACHO, 2011).<sup>1</sup> Essa é uma pista interessante para a discussão que pretendemos tecer não só neste trabalho mas também em outros posteriores.

---

<sup>1</sup> Numa rápida busca no Dicionário Eletrônico Houaiss 3.0, identificamos que os itens *onde*, *como* e *quando* são classificados como conjunção e advérbios; ao passo que *conforme*, por exemplo, típica conjunção das orações conformativas, está definido como preposição atípica, adjetivo e conjunção, não como advérbio.

---

As poucas informações encontradas impulsionam uma análise mais detida sobre a construção conformativa em português. De antemão, levantamos a seguinte questão: as orações conformativas devem de fato ser classificadas como adverbiais? À luz da LFCU – segundo a qual as construções lexicais e gramaticais de uma língua são determinadas por aspectos não só linguísticos, mas também sociais, cognitivos e interacionais –, o objetivo é investigar, com base sobretudo na classificação de Hopper e Traugott (1997) – parataxe, hipotaxe, encaixamento –, o grau de integração desse tipo de oração, ou seja, em que ponto de aglomeração estariam as orações conformativas no *cline* proposto, contrastando-o com a proposta de descrição gramatical feita por Abreu (1997) – que tomou como base alguns critérios definidos por Haiman e Thompson (1984 *apud* ABREU, 1997) – e verificar se, à luz da teoria dos protótipos, as construções conformativas não estariam mais à margem dessa classe, se comparadas os demais integrantes.

### **Fundamentação Teórico-Metodológica**

Adotamos, neste trabalho, os fundamentos teórico-metodológica da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU). A LFCU conjuga uma integração entre discurso, cognição e gramática, ou seja, a gramática é vista como um sistema aberto, fortemente suscetível à mudança e intensamente afetado pelo uso que lhe é dado no dia a dia, sendo assim, a gramática é o anexo maleável e internalizado das formações vindas da língua em uso, do discurso e das situações interacionais acumuladas pelos indivíduos no decorrer da vida. Em virtude disso, essa vertente teórica procura explicar a organização dessa gramática e a suas estratégias com base nos princípios cognitivos e comunicativos (CUNHA e TAVARES, 2007; CUNHA, BISPO e SILVA, 2013).

Nos termos da LFCU, a formação de uma gramática acontece por meio da “rotinização de agrupamentos de palavras do discurso” (BYBEE, 2006 *apud* WIEDEMER e ROSÁRIO, 2014). Isso porque há uma estreita relação entre “a estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem dela” (MARTELOTTA, 2011, p. 55). Por isso, nos estudos envolvendo essa abordagem atenta-se aos contextos extralinguísticos, às situações de comunicação, considerando elementos semânticos, pragmáticos e discursivos nas análises da língua.

---

A noção de *continuum*<sup>2</sup> é relevante para o estudo do processo de integração de orações, desenvolvida principalmente por Hopper e Trougott (1997), porque permite romper com a dicotomia coordenação *versus* subordinação, trazendo a perspectiva de possíveis pontos de aglomeração, os chamados *clines*, em que estariam os diferentes tipos de construções oracionais. Nos termos dessa lógica, "subordinação, coordenação, correlação, justaposição etc. são processos que se inserem em um *continuum*, compartilhando muitas propriedades em comum" (ROSÁRIO, 2016, p. 3). Os três processos principais, na abordagem de Hopper e Trogoutt (1997) são: parataxe (em que estão as orações justapostas, caracterizadas pela adjacência de dois ou mais núcleos expressos em apenas um contorno entonacional sem a inserção de elementos conectores, ou as coordenadas, que se diferenciam do primeiro tipo porque estão formalmente são ligadas por um conector); hipotaxe (em que existe um núcleo, uma ou mais orações não podem ficar sozinhas e, conseqüentemente, são dependentes – as adverbiais estão inseridas nesse grupo); e subordinação (também chamado de encaixamento – apresenta dependência completa, uma oração está completamente incluída no constituinte núcleo da outra).

Iconidade também é um princípio relevante para esta pesquisa. É definida como correlação entre forma e função, pode ser dividida em três subprincípios, quais sejam: quantidade, proximidade e ordenação linear. Para Croft (1990), uma determinada construção gramatical pode refletir, de alguma maneira, a estrutura do conceito expresso por ela. Aqui, mais especificamente, daremos destaque ao subprincípio da proximidade. Segundo Cunha, Bispo e Silva (2013, p. 2), este subprincípio

manifesta que os conceitos mais integrados no plano cognitivo também se apresentem com maior grau de aderência morfossintática. Quer dizer, a contigüidade estrutural entre os morfemas de um vocábulo, ou entre os constituintes de um sintagma, ou ainda entre os enunciados num texto reflete a estreita relação entre os signos no nível conceitual.

Essa relação de proximidade, embora não seja exatamente o subprincípio da iconidade com o qual o modelo adotado por Abreu (1997)<sup>3</sup> se refira, parece estar presente no fenômeno focalizado neste estudo. Vamos, na seção de análise e discussão, procurar demonstrar que existe relação de iconidade no que se refere ao subprincípio da proximidade,

---

<sup>2</sup> De forma ampla, a gramaticalização atinge todos os níveis de estruturais gramaticais, inclusive as combinações de orações (HOPPER e TROUGOTT, 1997). Assim, a combinação de orações pode ser interpretada como uma gramaticalização da organização retórica do discurso (MATTHIESSEN e THOMPSON *apud* ROSÁRIO, 2016).

<sup>3</sup> No modelo adotado por Abreu (1997), é critério de análise o subprincípio da ordenação linear (ou iconicidade temporal).

---

na medida em que a argumentação da porção textual em foco, muitas vezes, parece depender, entre outras coisas, da localização da construção conformativa.

Rompendo com a noção binomial tradicional das categorizações gramaticais, a noção de prototipicidade nos ajuda a compreender o fenômeno de integração de orações. Nessa perspectiva, dentro de um grupo específico, de uma categoria, existem elementos que carregam em si os aspectos mais característicos (elementos prototípicos) e os que vão paulatinamente se distanciando desse grupo (elementos marginais) e, ao mesmo tempo, se aproximando de outra categoria, numa passagem, num *continuum* categorial. O que observamos é que se até mesmo dentro do grupo das construções conformativas não parece haver regularidade e fixidez, demonstrando que há níveis diversos dentro do grupo, parece arriscado afirmar que essas construções estejam confortavelmente instaladas na categoria "orações adverbiais". Nesse sentido, a teoria dos protótipos (TAYLOR, 1995; CAMACHO, 2011) nos dá subsídio para investigar em que ponto de aglomeração poderiam estar as construções conformativas, na medida em que, possivelmente, sequer estejam perfeitamente alocadas dentro das hipotáticas, como preveem Hopper e Trougott (1997) para as adverbiais como um todo.

A proposta neste trabalho é observar as construções conformativas introduzidas pelos conectivos *conforme*, *segundo*, *como*, *consoante*. em uso. Escolhemos como *corpus* a Revista *POLI – Saúde, Educação e Trabalho*, uma revista com distribuição gratuita e disponível para acesso *on-line* (Disponível em: <[www.epsjv.fiocruz.br/publicacoes/revista-poli](http://www.epsjv.fiocruz.br/publicacoes/revista-poli)>).

A opção pelo gênero textual editorial justifica-se pelo fato de apresentar uma linguagem simples, concisa e precisa. Além disso, ao compreendermos, de antemão, que a construção conformativa é parte de um todo argumentativo, selecionamos um gênero textual que apresentasse argumentos necessários à defesa da posição assumida pela revista, expondo, conseqüentemente, o ponto de vista defendido (ROSÁRIO, 2007).

Investigamos as construções conformativas nas edições de 2015 e 2016 – ao todo, são nove edições – e detectamos 69 dados. Pelo atalho de busca, procuramos construções em que apareciam os conectores listados nas principais gramáticas (e.g. BECHARA, 2009, NEVES, 2011), quais sejam: *segundo*, *conforme*, *consoante* e *como*. Vale dizer que nosso trabalho é de natureza predominantemente qualitativa, em poucos momentos nos valemos de dados quantitativos para destacar diferenças de frequências de ocorrência (BYBEE, 2003).

Nossa análise está baseada, principalmente, no estudo de Abreu (1997), cujo teste aplicaremos, em certa medida, nas construções conformativas encontradas em nosso *corpus*. O autor lança mão, sobretudo, do modelo de análise adotado por Haiman e Thompson (1984

---

*apud* ABREU, 1997). Segundo esse modelo, algumas propriedades formais são relacionadas à combinação entre a oração principal e a sua subordinada, quais sejam: identidade de sujeito e/ou tempo; redução de uma das orações; incorporação marcada gramaticalmente de uma das orações; ligação entonacional; pertencimento de uma oração ao escopo da outra; ausência de iconicidade temporal entre as duas orações; e identidade das duas orações, do ponto de vista da perspectiva do ato de fala.

## **Análise e Discussão dos Dados**

De acordo com que discorremos anteriormente, tomamos como base a proposta de Abreu (1997). Vamos proceder nesta seção à análise dos dados encontrados levando em consideração, principalmente, os achados do autor sobre as ditas orações subordinadas adverbiais. No estudo, não são analisadas as orações conformativas, o que, inclusive, ratifica a necessidade da nossa pesquisa.

Ao todo, foram encontrados 69 dados. A frequência de ocorrência (BYBEE, 2003) do *como* é bastante superior a dos demais conectores. Entre as 69 construções conformativas encontradas nas nove edições da revista, em 63 (91,3%) o *como* era conector, em 4 (5,8%) estava o *conforme* e em 2 (2,9%), o *segundo*. No *corpus* analisado, não encontramos exemplos de uso de construções com *consoante*.<sup>4</sup>

Considerando 6 dos 7 critérios formais do modelo eleito por Abreu (1997), analisamos os dados encontrados no nosso *corpus* de modo que possamos chegar, dentro da escala estabelecida pelo autor, ao grau de prototipicidade (Givón, 1984) em que estariam as orações conformativas nesse *cline* entre coordenação e subordinação.

Citando Haiman e Thompson (1984), o autor propõe que a identidade de sujeito e tempo entre as orações do período seja uma característica da integração de orações por subordinação. Isso porque, uma vez fornecidas essas informações na oração dita principal, não precisariam ser retomadas na subordinada. Destacamos o exemplo (3), retirado do *corpus*, para verificar esse critério nas construções conformativas. Vejamos:

[3]**Como explica Rodrigo Orair**, a recriação da CPMF, proposta mais concreta apresentada até agora para aumentar as receitas, não rompe com essa tradição. “Ela é um caminho conveniente, já se sabe administrá-la, mas não muda essa estrutura de tributação. É mais um imposto sobre serviços”, diz o pesquisador do Ipea. [*Poli*, n. 46, 2016, p. 15]

---

<sup>4</sup> Acreditamos que o conector *consoante* tenha entrado em obsolescência em virtude do uso de outros conectores mais produtivos, como, por exemplo, o *como*.

---

O exemplo (3) é um caso bastante comum no *corpus*: identificamos que, embora os tempos verbais das orações sejam os mesmos (presente do indicativo), o sujeito da oração conformativa é "Rodrigo Orair" e o da chamada oração principal, "a recriação da CPMF". Essa falta de identidade dos sujeitos é comum no *corpus* analisado.

Apesar de Mateus *et al.* (2003) afirmarem que uma característica das orações conformativas é poder ter sujeito nulo (conforme é chamado na linha formalista a ausência de sujeito expreso), no nosso *corpus*, isso não foi possível observar. As construções conformativas não precisam obrigatoriamente ter identidade de sujeito e tempo com a oração chamadas principal.

O critério da "redução de uma das orações" diz respeito à possibilidade de redução em razão de "redundância discursiva". Pode-se dar de duas formas: a) por elipse; e b) por "*opposition loss*". No nosso *corpus* de análise, não identificamos casos em que houvesse redução de uma das orações, na medida em que destacamos apenas dados em que havia a construção conformativa oracional. Em outras palavras, descartamos as construções em que não apareciam verbos. Isso porque, nesse primeiro momento da nossa pesquisa, não nos interessa analisar os casos em que aparecem as chamadas "proposições atípicas/acidentais", como são conhecidos os itens que introduzem sintagmas sem apresentarem um estrutura oracional (NEVES, 2011).

O autor define o critério "incorporação marcada gramaticalmente de uma das orações" como a possibilidade de uma oração ser parte da outra. A oração que está incorporada atua como ato de fala independente, pois perde sua integridade. Chamamos a atenção aqui para o fato de que Abreu (1997) recorre à definição de Dik (1989 *apud* ABREU, 1997) para argumentos e satélites, distinguindo a incorporação de argumento, que seria de 1º grau, da de satélites, 2º grau. Ele considera argumentos os elementos requeridos por um verbo "para que ele possa ter funcionalidade comunicativa" (ABREU, 1997, p. 16); e define os satélites como os que dão informações adicionais ao enunciado sem que sejam requisitados pelo verbo.

Apesar de o autor pressupor que as construções adverbiais teriam incorporação marcada de 2º grau – e o que estamos querendo justamente verificar é se, de fato, as conformativas podem ser classificadas como adverbiais –, sabemos que as orações conformativas têm de fato incorporação marcada de 2º grau porque não operam de forma autônoma no enunciado, mas também não participam da esquema argumental do verbo. Observemos a amostra (5).



---

[5] O que mais apareceu até agora como solução foram as campanhas voltadas para fazer com que a população reduza seu consumo de água. E **como** mostrou uma notícia veiculada no portal G1 no dia 6 de fevereiro, elas *podem ter* efeitos desastrosos entre a população. Uma enfermeira da cidade de Araçatuba, no interior paulista, registrou um boletim de ocorrência na polícia contra uma motorista que tentou atropelá-la quando ela lavava a calçada de sua casa. A motorista teria gritado à enfermeira que ela estava “acabando com a água do mundo”. [*Poli*, n. 39, 2015, p. 6]

Notamos no exemplo (5) que a construção conformativa "E como mostrou uma notícia veiculada no portal G1(...)" não atua como argumento da locução verbal "podem ter" presente na outra oração. Entretanto, com uma função argumentativa de corroborar/ratificar a informação que será nada na oração dita matriz, a construção conformativa não opera de maneira independente. A presença de um verbo transitivo (não prototípico – seu objeto não sofre mudança física, cf. NEVES, 2011), com sua valência aberta (*mostrar*), evidencia que o preenchimento do seu sentido depende da outra oração. O preenchimento dessa valência não é feito de forma sintática, mas apenas de maneira semântico-pragmática. Esse aspecto da construção conformativa é bastante interessante, porque não é ela que sintaticamente completa o sentido da oração chamada principal, mas a porção textual com a qual ela estabelece relação de conformidade é que preenche uma lacuna do seu verbo.

O critério "ligação entonacional" está relacionado com a ausência de pausa entonacional entre duas orações (ABREU, 1997). As construções conformativas encontradas no nosso *corpus*, em sua maioria, estavam separadas por vírgulas da outra oração. Portanto, constitui-se uma ligação de orações mais frouxa, menos integrada, em virtude da pausa expressa graficamente por vírgula.

Aqui, fazemos uma observação: mesmo dentro do grupo das chamadas orações conformativas, é provável que encontremos um gradiente, um *cline*, em tenhamos diferentes graus de prototipicidade. Analisando as considerações que Mateus *et al.* (2003) fazem a respeito do assunto, percebemos que a depender da posição em que a construção conformativa se encontra na oração, ela pode ter uma ligação entonacional maior ou menor. A posição da construção não é fortuita, assim como também não é rígida sua fixidez, sua ligação entonacional, como pode parecer. Vejamos as amostras oferecidas pelos autores (MATEUS *et al.*, 2003, p. 763):

Ex. 229a: *A decoradora arranjou a sala conforme lhe recomendaram.*

---

Ex. 229b: *Conforme lhe recomendaram, a decoradora arranjou a sala.*

Os autores argumentam que no primeiro caso, a construção conformativa "conforme lhe recomendaram" está em conformidade com a ação de arranjar, em outras palavras, tem a função de atribuir modo; ao passo que no segundo caso a noção de conformidade recai sobre o enunciado da segunda oração – "a decoradora arranjou a sala". Isso mostra que o nível de ligação entonacional pode variar mesmo no grupo das conformativas: argumentamos que a oração que modifica a porção textual maior, como ocorreu na maior parte dos casos do *corpus* analisado, tem uma frouxidão maior do que o caso apresentado no primeiro exemplo da gramática de Mateus *et al.* (2003).

É provável que essa possibilidade de variação da força de ligação entonacional da construção conformativa esteja relacionada ao seu verbo. O tipo de verbo mais frequente em nosso *corpus* foi o de elocução (NEVES, 2011). Apesar de o verbo "recomendar" – presente nos exemplos formulados por Mateus *et al.* (2003) – também se enquadrar nesse grupo, ele carrega um valor semântico-pragmático maior: contém em si uma noção de *modo de fazer*; noção essa que, por sua vez, é ativada pela presença de um verbo de ação na oração chamada principal (NEVES, 2011). Para efeito de comparação, destacamos um exemplos seguir: (5) e (6).

[5] É perceptível que nós temos uma agenda que contém novidades graves no que se refere, primeiro, ao tamanho do ajuste fiscal que está sendo defendido e praticado pelos atos concretos do governo. *Conforme* observou um dos teóricos desse processo, um dos que elaboram essa agenda em curso, o diretor da Casa das Garças, Edmar Bacha, a única maneira de congelar os gastos públicos nos marcos do que está sendo votado [PEC 241/2016, que estabelece um teto de gastos para o governo federal] *é fazendo* modificações constitucionais. [Poli, n. 46, 2016, p. 20].

[6] Um dos temas mais presentes nos debates foi o financiamento, que esteve no foco das disputas entre governo e sociedade civil durante a tramitação do PNE no Congresso. Segundo Daniel Cara, coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, a conferência reforçou a reivindicação por uma maior participação da União no financiamento da área. “Se a prioridade *é* da educação, *como* a Dilma diz, isso tem que reverberar na maior participação do governo federal na área transferindo para estados e municípios”, afirmou. [Poli, n. 38, 2015, p. 22]

---

Em (6), o verbo "observar", presente na construção conformativa, pode ser inserido no grupo dos verbos de elocução. É claro que, se comparado ao verbo "dizer", do exemplo (7), "observar" tem em si uma função semântica que expressa a forma como ele pronunciou (em forma de observação), mas não afeta o verbo da chamada oração principal, que é do tipo não dinâmico ("ser"). Assim, percebemos que a ligação entonacional pode ser variável dentro do grupo das construções conformativas e depende do contexto comunicativo em que a construção está inserida. Entretanto, nosso *corpus* de análise ofereceu dados apenas mais frouxos, que modificassem a porção de texto maior.

Abreu (1997) quando se refere à "ausência de iconicidade" trabalha com o subprincípio da ordenação dos elementos do enunciado. Ele afirma que a ordem dos termos, quando há iconicidade, é motivada pela temporalidade em que as ações expressas nas orações acontecem no mundo sociofísico. Para ele, ligação de orações por subordinação não apresenta iconicidade. Vejamos o exemplo (8):

(7) Em dezembro do ano passado, Instituto Avon e Data Popular divulgaram uma pesquisa realizada com 2.046 jovens de 16 a 24 anos de todas as regiões do país, sendo 1.029 mulheres e 1.017 homens. Do total, 96% consideraram viver em uma sociedade machista. Mas, como demonstraram os resultados, grande parte ainda concorda com pressupostos associados à desigualdade de gênero: 68% desaprovam mulheres que têm relações sexuais no primeiro encontro, 80% afirmam que uma mulher não deve ficar bêbada em festas e 25% admitem pensar que mulher que usa roupa curta ou decote está 'se oferecendo' para os homens. [*Poli*, n. 38, 2015, p. 25]

Do ponto de vista da temporalidade (ou ordenação linear), as construções conformativas do tipo (7) observadas no *corpus* não pareceram demonstrar iconicidade. Existe a possibilidade de inversão da ordem das orações sem causar estranheza, conforme teste proposto por Abreu (1997). Entretanto, parece haver iconicidade em outro nível, no da proximidade. A contiguidade estrutural entre os elementos das construções conformativas parecem refletir um relação estreita entre os signos no nível conceitual. No exemplo (8), percebemos que a construção conformativa está dentro de uma hipotática de valor adversativo porque juntas, imbricadas, constroem a argumentação.

Por sua vez, o critério "identidade das duas orações, do ponto de vista do ato de fala" tem relação com a diferença entre discurso direto e indireto. Se houver identidade do ponto de vista do ato de fala entre as orações integradas, há subordinação. No exemplo dado por Abreu (1997) percebemos um caso de discurso indireto *stricto sensu*, daqueles que encontramos em

---

textos narrativos com falas de personagens. No que se refere aos nossos dados, temos, muitas vezes, dois atos de falas distintos, mas não se trata de um discurso indireto prototípico, porque os dois pontos e o travessão são "substituídos" por conectores conformativos (*segundo, como, conforme* etc.) que, na maioria das vezes, introduzem oração cujo verbo é *dicendi*. Vejamos nos exemplos (8) e (9) a forma como os atos de fala podem aparecer nas construções conformativas.

[8] Todos liderados ou apoiados por aparatos militares. No entanto, **como** argumenta o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Demian Melo, essa definição de golpe de Estado como um processo protagonizado por militares não permite analisar o papel do Legislativo e do Judiciário na legitimação de processos de tomada de poder. [*Poli*, n. 45, 2016, p. 29]

Neves (2011) já destacava que integração de orações envolvendo construções conformativas poderia haver dois atos de fala, como revisamos no início deste trabalho. No caso (8) notamos que existem dois atos de fala: um está ligado a palavra do professor Demian Melo e outra à própria fala do autor do texto analisado. É claro que, como dissemos, não se trata de um caso de discurso indireto *stricto sensu*, mas parece estar no entremeio entre um tipo de discurso e outro. Percebemos que, na maioria dos casos encontrados no *corpus*, não havia equivalência do ponto de vista do ato de fala. Nos casos em que havia identidade de atos de fala, como em (9), geralmente estavam construções ambíguas, cuja função semântico-pragmática não conseguia ser bem definida.

[9] Na política monetária, foram restringidos os canais de ampliação do crédito, ao mesmo tempo em que as taxas de juros tendem a se elevar. No que diz respeito à política cambial, o governo está se isentando de interferir no mercado de câmbio **como** vinha fazendo antes. Em um momento de crise, as pessoas tentam vender reais para comprar dólares. Isso tende a aumentar o preço do dólar, o que significa aumentar a taxa de câmbio [*Poli*, n. 39, 2015, p. 13].

Neste exemplo (9), percebemos que a ligação entonacional é mais forte que na amostra (8), haja vista que não temos a presença da pontuação dividindo as orações. Este um caso em que existe apenas um ato de fala. Observamos também que além da relação de conformidade, a inserção da conjunção *como* imprime na construção uma noção de modo. Neste exemplo, chama atenção também que o verbo da construção conformativa não é de elocução, mas um verbo dinâmico, equivalente ao do exemplo dado por Mateus *et al.* (2003).

### **Os Resultados e os Pontos de Aglomeração de Hopper e Trougott (1997)**

---

Como resultado da aplicação do modelo de Haiman e Thompson, Abreu (1997) elabora um *continuum* com seis escalas e assevera que "as adverbiais são menos prototípicas do que as substantivas e adjetivas restritivas" (p. 25). Chegamos à conclusão de que o grau de prototipicidade para a subordinação das conformativas é 1. Dentro do nosso *corpus*, observamos apenas um critério para a construção conformativa (incorporação marcada de 2º grau). No quadro que Abreu (1997) apresenta sobre a prototipicidade das orações, as subordinadas prototípicas são as subordinadas substantivas subjetivas (grau 6) e as coordenadas prototípicas são as aditivas, adversativas e conclusivas (grau 0). Com o mesmo grau de prototipicidade que encontramos para as construções conformativas (grau 1) estão as subordinadas substantiva apositiva, adverbial consecutiva e as coordenadas alternativa e explicativa.

Pensando no *cline* de distribuição de Hopper e Trougott (1997), provavelmente não poderíamos inserir as construções conformativas exatamente no grupo das hipotáticas, mas elas estariam indo em direção às orações paratáticas, distanciando-se das prototípicas adverbiais, que, na análise de Abreu (1997), são as causais, condicionais, finais e temporais.

### **Considerações Finais**

Hipotetizamos que as construções conformativas não poderiam ser classificadas como adverbiais prototípicas. À luz da LFCU, intentamos investigar o grau de integração desse tipo de oração, ou seja, em que ponto de aglomeração estariam as orações conformativas no *cline*, considerando a proposta de descrição gramatical feita por Abreu (1997). O autor elabora um *continuum* com seis escalas e assevera que "as adverbiais são menos prototípicas do que as substantivas e adjetivas restritivas" (p. 25). Dentro do grupo das adverbiais notamos que há ainda essa fluidez, na medida em que nem todos os tipos de orações adverbiais se comportam da mesma maneira. Depois de analisar os critérios testados por Abreu (1997) nas orações subordinadas, percebemos que, no *cline* de distribuição de Hopper e Trougott (1997), não poderíamos inserir as construções conformativas confortavelmente no grupo das hipotáticas, mas elas estariam indo em direção às orações paratáticas, distanciando-se das prototípicas adverbiais, que, na análise de Abreu (1997), são as causais, condicionais, finais e temporais.

### **REFERÊNCIAS**

---

ABREU, A. S. Coordenação e subordinação : uma proposta de descrição gramatical. **Alfa**, n. 41, 13-37, 1997.

ALMEIDA, N. M. *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 1964.

BARRETO, T. **Gramaticalização das Conjunções na História do Português**. Tese (Doutorado). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, Lucerna 2009.

BEZERRA, R. **Nova Gramática da Língua Portuguesa para Concursos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2010.

CAMACHO, R. G. A classe de palavras na perspectiva funcional. *In*: CAMACHO, R. G. **Classe de Palavras na Perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional: o papel da nominalização no *continuum* categorial**. São Paulo: Editora da Unesp, 2011. p. 29-51.

CARVALHO, C. S. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. **Veredas**, v. 8, n. 1 e n. 2, p. 9-27, 2004.

CROFT, W. **Typology and Universals**. Cambridge, United Kingdom: CUP, 1990.

CUNHA, M. A. F.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. *In*: CEZARIO, M. M; CUNHA, M. A. F. (Orgs.). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2013. p. 13-39.

CUNHA, M. A. F.; TAVARES, M. A. Linguística funcional e ensino de gramática. *In*: CUNHA, M. A. F.; TAVARES, M. A. **Funcionalismo e ensino de gramática**. Natal: Editora da UFRN, 2007. p. 13-51.

---

JGIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1984. 2 v.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

KURY, A. G. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. São Paulo: LISA, 1978.

LUFT, C. P. **Gramática Resumida: explicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1988.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINO, A.; LENZA, P. **Português Esquematizado: gramática, interpretação de texto, redação oficial, redação discursiva**. 2. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2013.

MATEUS, M. H. M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. 2. ed. atual. São Paulo: Unesp, 2011.

PASCOALE, C. N.; INFANTE, U. **Gramática de Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1972.

ROSARIO, I. C. **CONSTRUÇÕES Correlatas Aditivas em Perspectiva Funcional**. Tese (Doutorado em Letras). Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2012.

ROSÁRIO, I. C. **Aspectos Sintáticos e Semânticos do Como na Linguagem Padrão Contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Letras). Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

---

ROSÁRIO, I. C. Reflexões sobre o critério da (in)dependência no âmbito da integração de orações. **Línguas & Letras** 17, n. 35, 2016.

TAYLOR, J. R. **Linguistic Categorization**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1995.

WIEDEMER, M. L.; ROSÁRIO, I. C. Língua em uso: gramática, discurso e construções. **Revista Soletras**, n. 28, 1-11, 2014.